



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE  
GABINETE DO PREFEITO  
CONTROLE INTERNO

PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 041/2021

**ASSUNTO: Dispensa de Licitação nº 007/2021**  
**EMPRESA: MACHADO E PAIVA IMOBILIARIA LTDA**

Tratam os autos da *Dispensa de Licitação 007/2021* – DISP, objetivando a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA CASA DE APOIO DE SANTAREM-PÁ**, conforme especificação contida na solicitação feita pela Secretária Municipal de Saúde. (fl. 002).

#### **DO CONTROLE INTERNO**

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 74, estabelece as finalidades do Sistema de Controle Interno, ao tempo em que a Lei Municipal nº 4.630/2005, dispõe sobre a implantação neste município.

Tendo em vista que a contratação em análise implica em realização de despesas ao município, fica demonstrada a competência do Controle Interno para análise a manifestação.

#### **DA ANÁLISE DA LICITAÇÃO** **1 – FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO**

O procedimento administrativo instaurado para a realização do processo licitatório na modalidade *Dispensa de Licitação 007/2021* – DISP, cuja regulamentação consta na Lei 8.666/93, inciso X do Art. 24, conforme Parecer Jurídico (fls. 037 a 039) está composto com as seguintes partes:

- Solicitação do serviço, com a descrição clara do objeto (fls. 002);
- Justificativa para locação de imóvel (fl. 002A);
- Justificativa em razão do preço (fl. 003);
- Declaração (fl. 004);
- Razão da escolha do fornecedor (fl. 005);
- Solicitação de dotação orçamentária (fls. 006);
- Indicação de dotação orçamentária (fl. 007);
- Portaria Nº 040/2021 - designação da Comissão Permanente de Licitação (fls. 008 e 009);



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE  
GABINETE DO PREFEITO  
CONTROLE INTERNO

- Portaria nº 032/2021 – designação da função do fiscal de contrato (fls. 010 a 013);
- Despacho à Procuradoria Jurídica (fl. 014);
- Proposta de locação de imóvel (fl.015);
- Documentação do Contratado (fls. 016 a 036);
- Parecer Jurídico nº 030/2021 (fls. 037 a 039);
- Autorização da autoridade competente (fl. 040);
- Autuação (fl. 041);
- Ficha de contratação direta (fl. 042);
- Mapa Comparativo de Preços (fl. 043);
- Resumo de Proposta Vencedora (fl. 044);
- Declaração de Dispensa (fl. 045);
- Termo de Ratificação (fl. 046);
- Termo de Contrato (fls. 047 a 050);

## CONCLUSÃO

Após exame dos itens que compõem a análise do procedimento da *Dispensa de Licitação 007/2021*, entendo que o mesmo está de acordo com a legislação vigente e revestido de todas as formalidades legais, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

Monte Alegre – PA, 05 de fevereiro de 2021.

*Helen B. Peleja de Oliveira*  
Helen Christina Peleja de Oliveira  
Agente de Controle Interno  
Decreto nº 175/2021



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE  
GABINETE DO PREFEITO  
CONTROLE INTERNO

**PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO**

A Sra. Helen Chrístina Peleja de Oliveira, Agente de Controle Interno do Município de Monte Alegre-Pá, nomeada nos termos do Decreto n° 175/2021, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO N° 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisou integralmente o Processo Licitatório na modalidade **Dispensa de Licitação n° 007/2021**, tendo por objeto **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA CASA DE APOIO DE SANTAREM-PÁ**, com base nas regras insculpidas pela Lei n° 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

(  ) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

(  ) Revestido parcialmente da formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo.

(  ) Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer da Comissão de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Monte Alegre - PA, 05 de fevereiro de 2021.

*Helen B. P. de Oliveira*  
Helen Christina Peleja de Oliveira  
Agente de Controle Interno  
Decreto n° 175/2021